

## 8º Seminário do Núcleo Lusófono sobre

“A importância de NDCs transparentes e monitorizáveis para atrair investimento climático”

Brasília – Brasil, 8 à 11 de Abril de 2025

Por: **(1) António Pansau Ndafá** – Ponto Focal Núcleo Lusófono;  
**(2) João Lona Tchedná** – DG INA / Coordenador T. Nacional BTR1  
**(3) Divaldino Mendes** – Coordenador Nacional Projeto Mini-Redes de Energia

No quadro das obrigações da Guiné-Bissau no âmbito do Acordo de Paris, e em conformidade com o Artigo 13 sobre o Quadro de Transparência Reforçado, o país iniciou em 2022 o processo de mobilização de recursos junto ao Fundo Global para o Ambiente (GEF), com o objetivo de elaborar o seu **Primeiro Relatório Bienal de Transparência (BTR1)**.

A Guiné-Bissau é pioneira na elaboração do BTR no contexto da lusofonia



PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO:

RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA BIENAL INICIAL DA GUINÉ-BISSAU

**DURAÇÃO DO PROJETO:** 24 meses  
Data de início: 02/2023  
Data de Conclusão: 01/2024  
Data de Envio do Relatório: 01/2025

Resumo: Orçamento Anual (expresso em US\$)

Custo do projeto	Ano 1 (2023)	Ano 2 (2024)	Total (US \$)	%
Fundo Fiduciário do GEF para Agência Executora			600.000	92,3
Contribuição em espécie do governo			50.000	7,7
<b>Total</b>			<b>650.000</b>	<b>100</b>

## 1. Elaboração do Primeiro Relatório Bienal de Transparência (BTR1) da Guiné-Bissau seguiu os seguintes marcos principais:

### ✓ Agência Implementadora:

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA / UNEP)

### ✓ Modalidade de Financiamento:

Support to the Preparation of the First Biennial Transparency Report (BTR1) under the Enhanced Transparency Framework (ETF) of the Paris Agreement

Trata-se de um projeto do tipo "umbrella" (ou "Global Umbrella Project") apoiado pelo GEF, que serve para acelerar o acesso a financiamento de países em desenvolvimento para o cumprimento de obrigações de transparência conforme o Acordo de Paris.

## Cronologia do Processo:

Etapa	Descrição	Data Aproximada
Submissão do pedido de apoio à UNEP	Envio da manifestação de interesse por parte da Guiné-Bissau para participar no projeto umbrela	Início de 2022
Aprovação pelo GEF	Integração formal da Guiné-Bissau no projeto global para BTR1	Meados de 2022
Formalização do apoio técnico e financeiro com UNEP	Assinatura do acordo de apoio e desbloqueio dos fundos para início das atividades	Final de 2022 a início de 2023
Início da elaboração do BTR1	Atividades técnicas de recolha de dados, definição da equipa e preparação do relatório	2023 (início operacional no segundo semestre)
Submissão do BTR1	Foram submetidos à UNFCCC, os dois capítulos obrigatórios (NID e Capítulo NDC)	24 de Dezembro de 2024

## 2. Relação entre a Comunicação Nacional (CN) e o Relatório Bienal de Transparência (BTR): Visão Técnica

### Foco: Inventário Nacional de Emissões

No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), a Guiné-Bissau tem obrigações distintas, mas complementares, relativamente à elaboração da Comunicação Nacional (CN) e do Relatório Bienal de Transparência (BTR).

Embora cada instrumento tenha objetivos e formatos próprios, existe uma estreita articulação técnica e metodológica, particularmente no que diz respeito ao Inventário Nacional de Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

### 1. Comunicação Nacional (CN):

- Submetida de forma **periódica**, mas **não obrigatoriamente bienal**.
- Inclui um panorama abrangente das ações climáticas do país:
  - o Inventário de emissões (por setor)
  - o Medidas de mitigação
  - o Vulnerabilidades e adaptação
  - o Apoio recebido e necessidades futuras
- Última CN submetida pela Guiné-Bissau: **Terceira Comunicação Nacional (3ª CN)**, em 2018

### 2. Relatório Bienal de Transparência (BTR):

- Requisito sob o **Quadro de Transparência Reforçado do Acordo de Paris**.
- Submissão obrigatória a partir de 2024, com atualização **bienal**.
- Mais técnico e focado em:
  - o Inventário de GEE
  - o Políticas e medidas de mitigação
  - o Apoio recebido e necessário
  - o Progresso em direção às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)

## Elementos comum: Inventário de emissões

- Ambos são instrumentos de relato climático nacional à UNFCCC.
- Ambos incluem o Inventário Nacional de Emissões de GEE.
- Usam metodologias IPCC compatíveis (GL 2006, refinamentos 2019).

O **Inventário Nacional de Emissões** é o elo central entre a CN e o BTR. A metodologia, os dados e as fontes são os mesmos, embora o BTR exija maior **frequência, rigor metodológico e detalhamento.**

Para a Guiné-Bissau:

- O **mesmo inventário de base** foi utilizado como ponto de partida para:
  - a **3ª CN**, submetida entre 2018
  - e o **BTR1**, em fase de finalização.
- No entanto, no âmbito do BTR1, foi necessário **atualizar e recalcular o inventário** com base nas últimas diretrizes do IPCC (GL 2006 + refinamentos), e assegurar **consistência temporal** com os ciclos anteriores.

## Sinergias e Eficiência

- A preparação simultânea da CN4 e do BTR1 permitiu:
  - **Otimização de recursos humanos e financeiros**
  - **Aproveitamento de dados e análises já existentes**

**Fortalecimento das capacidades nacionais em MRV e transparência**

### 3. Composição da equipa e calendário de execução

- 1. Coordenação Geral: Ponto Focal da UNFCCC - Instituto Nacional do Ambiente (INA)**  
Responsável pela supervisão institucional, articulação com parceiros (UNEP, GEF) e validação técnica.
- 2. Coordenação Técnica Nacional**
  - Consultor Nacional Principal / Coordenador Técnico -** Responsável pelo planeamento do relatório, revisão metodológica e articulação com especialistas setoriais.
- 3. Especialistas Temáticos**
  - Inventário de GEE :** Especialista em inventário e metodologias IPCC (GL 2006); Responsável por dados de Energia, Processos Industriais, AFOLU e Resíduos.
  - Mitigação**
    - Avaliação de políticas e medidas
    - Projeções e impacto sobre as NDCs
  - Apoio recebido e necessário**
    - Levantamento de dados sobre financiamento climático, apoio técnico e capacitação do NUCLEO LUSOFONO (Agosto de 2024 e Janeiro de 2025)
- 4. Apoio e validação : Oficiais Técnicos do PNUMA / UNEP**  
**Revisão por Pares -** Participação de revisores nacionais e de peritos do Núcleo Lusófono validação técnica

### 4. Principais Desafios Encontrados na Elaboração do BTR1

Desafio	Descrição	Solução Encontrada
1. Dados incompletos e dispersos	Falta de séries temporais consistentes e dados em formato digital, especialmente nos setores de resíduos, uso da terra e energia informal.	- Realização de consultas diretas a ministérios e instituições setoriais- Utilização de estimativas com base em proxies e dados regionais- Criação de fichas padronizadas de recolha de dados
2. Capacidade técnica limitada em MRV e IPCC 2006	Reduzido número de técnicos formados nas diretrizes mais recentes do IPCC e pouca experiência prática em sistemas de MRV.	- Realização de formações práticas e sessões hands-on com apoio do Núcleo Lusófono e do PNUMA- Envolvimento de consultores nacionais com experiência anterior- Transferência de competências entre membros da equipa
3. Falta de estrutura permanente para MRV	Ausência de um sistema institucionalizado e contínuo de MRV no país.	- Recomendação para criação de uma unidade técnica de MRV permanente no Ministério- Inclusão de propostas no próprio BTR1 para fortalecer o sistema nacional. Preparação de projeto CBIT.
4. Articulação interinstitucional frágil	Dificuldade em obter dados consistentes de algumas entidades setoriais e em manter uma rotina de colaboração técnica.	- Criação de um grupo de trabalho nacional informal- Envolvimento direto de técnicos de instituições-chave na equipa do BTR1- Oficinas de validação participativas com múltiplos setores
5. Tradução técnica e formatação para submissão	Dificuldades na tradução precisa de termos técnicos e formatação final nos padrões exigidos pela UNFCCC.	- Apoio do PNUMA na tradução técnica para o inglês- Uso de modelos padrão fornecidos pela UNFCCC

## Lições aprendidas e Recomendações

- ▶ É crucial formalizar um mecanismo **interinstitucional de MRV**, com pontos focais em cada setor.
- ▶ A criação de uma **base de dados nacional climática digitalizada** é essencial para facilitar futuros BTRs.
- ▶ A experiência acumulada no BTR1 deve ser **capitalizada para o BTR2**, com continuidade da equipa técnica sempre que possível.

## Compromisso com a melhoria progressiva (progressive improvement):

Apesar do uso legítimo da flexibilidade, a Guiné-Bissau compromete-se a:

- ▶ Reforçar a capacidade técnica e institucional para os próximos BTRs;
- ▶ Melhorar a recolha de dados e expandir a cobertura setorial;
- ▶ Evoluir gradualmente para níveis metodológicos mais elevados (Tier 2 e Tier 3) onde possível.

## 5. Uso de flexibilidade pela Guiné-Bissau no BTR1

### Áreas em que a flexibilidade foi aplicada:

Componente	Flexibilidade Aplicada	Justificativa
Inventário de Emissões de GEE	Aplicação de métodos Tier 1 do IPCC e fatores de emissão padrão	Limitações de dados nacionais e ausência de laboratórios ou estudos locais
Frequência e série temporal do inventário	Série reduzida (por ex. 2010 a 2022) ao invés de anual com início em 1990	Falta de dados contínuos e capacidade limitada de monitoramento
Cobertura setorial	Foco nos setores mais relevantes (Energia, Agricultura, Resíduos); cobertura parcial em processos industriais	Prioridade a setores com maior emissão e maior disponibilidade de dados
Indicadores quantitativos para políticas de mitigação	Apresentação qualitativa ou semi-quantitativa das medidas	Dificuldade em modelar cenários ou quantificar reduções exatas de GEE
Projeções de emissões	Apresentada informação simplificada, com base na NDC atual.	Falta de tempo. Projeções robustas a elaborar no âmbito da NDC3.0 e a reportar no BTR2.
Relato sobre apoio recebido	Dados agregados e não detalhados por fonte ou instrumento financeiro	Fragilidade dos mecanismos nacionais de rastreio de financiamento climático

### Forma de comunicação da flexibilidade:

- Todas as aplicações de flexibilidade foram explicitamente indicadas no BTR1, conforme exigido.
- Sempre que possível, foram indicadas as razões técnicas/institucionais e os planos para superar essas limitações no futuro.

## 6. Próximos Passos e Planos para o BTR2

Preparação para o Segundo Relatório Bienal de Transparência

### Mobilização de Recursos

- Submeter pedido de apoio financeiro e técnico ao GEF, via UNEP ou outro organismo acreditado, dentro da janela do “**Umbrella Project for BTR2**”.
- Explorar sinergias com o **Fundo Verde para o Clima (GCF)** para capacitação em MRV.
- Submeter projeto CBIT ao GEF

### Continuidade e Consolidação

- Aproveitar a experiência adquirida no BTR1 para:
  - Manter parte da equipa técnica nacional, promovendo continuidade e consistência;
  - Atualizar e expandir o inventário de GEE para o período 2022-2025;
  - Rever e aprofundar as políticas de mitigação e medidas de apoio;

Evoluir de forma progressiva na **qualidade dos dados** e métodos (passar para Tier 2 em setores prioritários, se possível).

FIM!...

OBRIGADO PELA ATENÇÃO